A Paraíba no processo de ocupação do semiárido[1]

Gisafran Nazareno Mota Jucá*

INTRODUÇÃO

A ocupação do semiárido, iniciada com a criação do gado e complementada com a expansão da cultura algodoeira, não constitui matéria inédita no campo da história regional. Especialmente o processo criatório representa um segmento deveras abordado, tanto na historiografia clássica Nacional, quanto nas principais obras de história paraibana. Todavia, isso não significa o esgotamento desse tema histórico. Em particular, no tocante às atividades econômicas de plantio, beneficiamento e comercialização do algodão, na Paraíba, há toda uma gama documental inexplorada. Apesar de diversas obras históricas abordarem o referido assunto, pouco se analisou, em profundidade, acerca dos aspectos socioeconômicos, responsáveis pela fase decisiva de ocupação da região interiorana. Sobretudo considerando-se

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

1 O presente trabalho é fruto de nossa participação no "Projeto Delimitação E Regionalização Do Brasil Semiárido", na Equipe Responsável pelos Estudos Socioeconômicos, da Universidade Federal da Paraíba, (UFPB), sob a Coordenação do Professor Modesto Siebra Coelho e com a participação de três Professores do Departamento de Geografia e de uma pesquisadora francesa. Nossa participação foi como representante do Departamento de História/UFPB/João Pessoa. O Professor Manoel Correia de Andrade, da Universidade Federal de Pernambuco, (UFPE), foi o Consultor convidado. O período de sua execução foi de janeiro de 1981 a julho de 1984, com o apoio do CNPq/ SUDENE/UFPB/FUNAPE e tinha "como objetivo o estudo e a redefinição do domínio semiárido no Brasil." O resultado da pesquisa foi divulgado no Relatório/Volume II: o quadro econômico social. Como o referido Relatório não foi publicado, uma vez que era mimeografado, com a devida revisão, decidimos lançá-lo, na Revista do Instituto do Ceará, para uma maior divulgação aos pesquisadores da História regional.

as novas perspectivas teórico-metodológicas da história e sua conexão, com as demais Ciências Sociais, mas se amplia a defasagem de análise[2].

O presente trabalho apenas se propõe coordenar as ideias básicas sobre o tema indicado. Desse modo, trata-se de esclarecer até que ponto a criação de gado e a cultura algodoeira contribuíram para a estruturação da economia Regional. Para tanto, na metodologia adotada, baseamo-nos primordialmente em fontes bibliográficas, inclusive na obtenção dos dados econômicos e censitários. As próprias obras consultadas nos levaram a documentos essenciais a compreensão da problemática histórica, atinentes a fase colonial e as etapas posteriores.

Quanto à coleta de informação e a criação de freguesias, fizemos a pesquisa, inclusive através de entrevistas com autoridades religiosas, nas dioceses de Campina Grande, Patos e Cajazeiras.

1.1. A PECUÁRIA NO POVOAMENTO DO INTERIOR DO NORDESTE

Sem dúvida, o povoamento difundiu-se em épocas diversas, originário de locais diferentes e, posteriormente, condensando-se com maior afinco no semiárido. Paulatinamente as fazendas de gado iam aumentando em diferentes áreas do Nordeste. Bahia e Pernambuco passaram a polos de partida em busca do até então semidesconhecido sertão. Do território baiano penetrava - se em direção ao Norte e Nordeste, acompanhando o Rio São Francisco, a partir do século XVII.

A preocupação em separar a área de criação da zona de plantação foi marcante durante o governo de Tomé de Souza. Uma das vias de penetração partia de Salvador para o Norte, favorecendo a ocupação do litoral baiano, ao norte da capital de Sergipe. Embora São Francisco servisse de Marco divisório entre as capitanias da Bahia e de Pernambuco, os baianos atingiram os vales dos afluentes desse Rio, da margem esquerda, ocupando os Sertões de Pernambuco e do Piauí, chegando aos rios que correm para o Atlântico: o Piranhas - Açu, o Apodi - Mossoró, o Jaguaribe e os afluentes da margem direita do Parnaíba; partindo da Bahia atingiram também a área de Pastos Bons, ao sul do Maranhão.

---

[2] Vide LAPA, José Roberto do Amaral. Historiografia Brasileira Contemporânea. A História em Questão. 2ª. Edição. Petrópolis, Vozes, 1981. E SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. "A Luta do Historiador". In. Revista de Ciências Humanas". Número Especial de História. João Pessoa, Out/Dez. 1980. Ano 2, Nº 4; 13-21.

A segunda trilha, a cargo dos pernambucanos, não foi tão intensa quanto à baiana. No entanto, partindo de Olinda, em direção ao Sul e ao Norte, chegava a encontrar-se com os baianos. Sabe-se que a penetração rumo ao interior foi intensificada no século XVII, com a fuga de diversos grupos, foragidos da ocupação flamenga. Da Capitania de Pernambuco, as boiadas também seguiam a direção norte- noroeste, contribuindo para a ocupação do interior da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Conforme lembra Capistrano de Abreu, ao abordar as bandeiras, os rios eram os caminhos de preferência seguidos e os cursos fluviais auxiliavam na alimentação, por intermédio da pesca e atraiam animais que vinham à procura de água. As montanhas, que podiam ser vistas de longa distância serviam de orientação no percurso a ser trilhado, ao reconhecimento do espaço percorrido ou a percorrer[3].

O aumento gradativo das fazendas apoiava-se na valorizada procura da carne bovina, pelos centros litorâneos, onde se desenvolveu o controle da produção açucareira, responsável por uma maior concentração populacional. Assim, a ocupação do interior nordestino, apesar de efetuado de forma dispersa, ampliava se com a propagação das fazendas. Em geral, edificava-se uma casa, com cobertura de palha, instalavam-se singelos currais e adquiriram-se centenas de cabeças, ocupando uma média de três léguas e, assim, estava instituída uma fazenda. A mão de obra utilizada compunha-se no máximo de doze pessoas, em sua maioria formada por indígenas e/ou mestiços, sem esquecer os fugitivos dos engenhos ou criminosos em busca de refúgio e segurança.

Comumente as fazendas situavam-se às margens dos rios, numa extensão de três léguas, com uma de largura. Quase sempre nas fazendas havia uma légua de terras que se conservavam devolutas onde nada poderia ser edificado. Representava a indispensável divisa entre propriedades. Na sua maioria, os proprietários possuíam diversas fazendas, cujos serviços ficavam sob os cuidados de um vaqueiro, uma vez que residiam no litoral.

Concretamente, pode-se afirmar que através do Itapicuru, Paraguaçu e afluentes, e pelo rio das Contas viabilizou-se a exploração da Bahia, de Minas Gerais, Goiás e do Piauí, dada a proximidade em que se situavam os rios Salitre, Verde de Baixo, Paramirim, Santo Onofre e Rãs, e o que facilitava as comunicações com os afluentes da margem esquerda

---

[3] ABREU, João Capistrano de. O Descobrimento do Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira; Brasília, INL, 1976. p. 68.

do São Francisco. Outra via, em busca do Norte, após cruzar esse rio, atingiu o interior do Piauí, no final do século XVIII, onde as fazendas ficariam conhecidas como as pioneiras da região. Na medida em que se expandiram pelos rios Moxotó, Pajeú, Terra Nova, Riacho da Brígida, atingia-se o Jaguaribe, o Cariri e depois o Piauí e Maranhão. Através do Porto de Folhas, Propriá e Betume penetrou-se no centro de Sergipe e da Bahia[4]. Outro roteiro de penetração alternativo era o que seguia pelas cabeceiras do rio das Velhas nos sertões de Saraboçu, atingia as margens do rio Paraíba, atravessando a Serra da Mantiqueira e posteriormente a bacia do Paraná.

Explica-se a rápida valorização das fazendas estabelecidas ao sul do Piauí, em virtude da fertilidade do solo para pastagens e as facilidades e obtenção de água em fontes permanentes, face as constantes chuvas ali registradas. A partir daí, a expansão do movimento criatório chegou a atingir igualmente o território do Maranhão, margeado pelo Rio Itapicuru.

Pode-se dizer que à medida que se sistematizava a separação dos dois processos econômicos da época, o açucareiro e o criatório, surgiu, em decorrência, uma economia dependente do nordeste. Por outro lado, em virtude das precárias condições de obtenção de água e da distância dos mercados consumidores, passaram a ocorrer deslocamentos periódicos das boiadas, uma das razões da diminuta porção de terras ocupadas, em caráter permanente. Na fase inicial provavelmente, a rentabilidade obtida foi restrita. Não deixa de ser peculiar o registro de que em decorrência, a atividade da pecuária no sertão ocupou grande faixa de terras exigindo uma mão-de-obra bastante diminuta. O espaço criatório atendia os interesses dos grandes proprietários que não residiam em suas fazendas. Na porção em que crescia a economia criatória, a renda média da mão-de-obra nela engajada, diminuía, pois o mercado era bastante limitado. Obviamente, a produtividade era bem inferior a da economia canavieira, tendo menor grau de especialização e comércio. A atividade desenvolvida quase sempre como de subsistência, fonte de alimentação, embora o couro tivesse diversas utilidades. O chamado "ciclo do couro" foi um interregno de exceção ao longo de todo o processo econômico do período colonial brasileiro.

A pecuária sertaneja atingiu seu ápice a partir da primeira metade do século XVIII, sobretudo quando a carta Régia de 1701 proibiu a criação de gado até dez léguas contadas a partir da faixa litorânea; os rebanhos

[4] Vide ABREU, João Capistrano de Op. Cit. p 71-72.

bovinos atendiam, de forma individual, ao centro do litoral desde a Bahia até o Maranhão.

No que tange a primazia da criação e comercialização da carne seca, conhecida como "carne do Ceará", ela sofreu, inegavelmente, sérios reveses, sobretudo no final deste século, em virtude das secas, a exemplo da que ocorreu entre 1790-93, conhecida como "seca Grande"[5]. Os períodos de secas constituíam marcantes obstáculos à própria expansão do processo criatório, fazendo diminuir, de forma acentuada, a quantidade e qualidade dos rebanhos da região. Devido a esses "longos estios" as técnicas de charque foram transferidas dos Sertões do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí para o Rio Grande do Sul, que gradualmente passou a assumir a primazia da exportação de charque. Por outro lado, a condução das boiadas, através de longas distâncias, enfrentando o problema da falta de água, contribuiu para que ocorresse a quebra da qualidade da carne a ser comercializada no litoral. Muitas vezes, dadas as dificuldades do deslocamento das boiadas, em direção ao litoral, chegava se a perder mais de um terço de seus animais. Contudo, apesar do declínio das "oficinas" de charque, até no século XIX a área ocupada pelos pecuaristas persistiu dedicada a atividade criatória, embora já estivesse complementada pela cultura do algodão.

Os primeiros criadores rejeitavam as caatingas como local de criação. Insistiam em que a paisagem era precária, dificultando o crescimento e a engorda dos rebanhos. Com passar do tempo, porém, os criadores familiarizaram-se com a paisagem, compreendendo que nas proximidades dos terrenos secos sempre poderiam encontrar alguns mais férteis, inclusive como refúgio as temíveis secas.

Dadas as distâncias a serem sistematicamente percorridas, bem como as constantes perdas de parte dos rebanhos, muitas famílias de colonos se fixaram nas trilhas do gado, a fim de ganharem a vida com fornecimento de alimento fruto do trabalho agrícola, instalando-se também próximos aos reservatórios de água, indispensáveis as povoações e boiadas. Foi estabelecido, dessa forma, um pequeno comércio entre vaqueiros e moradores, ao longo das trilhas, uma vez que passou a ocorrer a aquisição de vacas emagrecidas pela viagem, para posteriormente servirem de

[5] Vide GIRÃO, Valdelice Carneiro. As Oficinas ou Charqueadas no Ceará. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco par obtenção do grau de Mestre (Mimeografada) – Recife – 1982.

alimento ou produto comercial. Sem dúvida, a criação principalmente o comércio da carne bovina serviram para aproximar diferentes áreas de ocupação do solo nordestino.

Na medida em que a criação se distanciava do litoral, novas trilhas iam sendo abertas. Dentre as mais antigas destacavam-se a que passava por Pombal, no Itapecuru, Jeremoabo, no Vasabarris, dirigindo-se ao São Francisco, acima da cachoeira existente, procurando atingir o gado na margem contrária. Tal área, que pertencia a Pernambuco, na verdade foi ocupada por baianos. A partir daí, registrou-se um encontro com grupos vindos do Maranhão. Justamente nas regiões não propícias ao cultivo da cana proliferaram os espaços criatórios. Para tanto, pouca mão-de-obra e capital circulante eram aplicados. Da própria criação obtinha-se o sustento necessário e aos poucos produtos ainda quase imprescindíveis à sobrevivência eram importados. Mesmo assim, as condições de bem-estar dos vaqueiros eram bastante precárias quanto das primeiras ocupações dos sertões. Não obstante, obtinha-se com facilidade o leite e a carne. Aliás, até a primeira metade do século XIX, o alimento básico dos sertanejos ainda constituiu a carne, utilizada inclusive nas três refeições diárias, embora também fosse bastante difundido o emprego da farinha, do arroz e do feijão[6]. A farinha, apesar de valorizada, de início não seria concedida com facilidade, pois se achava que a terra não era propícia a plantação da mandioca, devido à falta de chuvas em grande parte do ano. Quanto ao milho, aproveitava-se apenas enquanto estivesse verde, dada a ausência de moinhos para beneficiar. As frutas colhiam-se em abundância, mas poucas eram cultivadas, como a melancia e a bananeira. Sobre o "modus vivendi" do vaqueiro no auge da valorização do couro, Capistrano de Abreu assim resumiu:

> "De couro era a porta das Cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; decorou todas as cordas, a borracha para carregar a água, o Mocó ou alforge para levar comida, marca para guardar roupas, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de facas, as brocas e sons, a roupa de entrar no mato, os brancos para Curtume, ou apuração; para os açudes o material de aterro era levado em Couros puxados por juntas de bois que calculam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para nariz"[7].

[6] KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1942. p. 213.

[7] ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. 6ª. Ed. Rio de

Para instalação de uma fazenda necessitava-se de um maior número de pessoas, até que o gado se adaptasse às pastagens. Só posteriormente ia diminuindo a mão-de-obra empregada, centralizada na atuação dos vaqueiros que, após quatro ou cinco anos de atividade, faziam jus a sua remuneração: a posse de uma dentre quatro crias nascidas, com condições de iniciar uma fazenda. Vale a pena apresentar que o vaqueiro não representava um mero assalariado. Mas atuava como sócio do dono da fazenda, com direito a quarta. Uma fazenda, com grande número de currais, chegava a dispor de dois ou três Vaqueiros, cada um deles com dois a quatro auxiliares que tinham direito a repartição da quarta. Destarte, a situação dos vaqueiros era bem mais vantajosa do que a dos dias atuais, pois propiciaram condições de obtenção de lucro e, consequentemente, com maior possibilidade de projeção social.

Além do vaqueiro havia os foreiros de fazenda de gado que arrendaram propriedades ou determinados espaços das mesmas, pagando por cada uma, anualmente, certa quantia de foro. Apesar de condenado pela legislação, em meados do século XVIII, o sistema de fomento persistiu inclusive durante o século seguinte.

É compreensível que à medida que ocorresse o aumento do número de fazendas, as condições de vida melhorassem consideravelmente. Instalavam-se residências mais amplas, em geral com alpendres, passando-se a produzir a farinha, a rapadura e a fabricar certos utensílios indispensáveis, como redes ou tecidos grosseiros.

Uma pequena fazenda principiava com 200 ou 300 reses e uns 25 a 30 cavalos. Os grandes currais possuíam de oitocentas a mil cabeças de gado e havia fazendas, dispondo de diversos currais, que criavam de 15.000 a mais de 20.000 reses[8]. A mão de obra para os trabalhos diários era limitada, nas grandes propriedades, acerca de 20.000 reses[9]. A mão de obra para os trabalhadores diários era limitada nas grandes propriedades, acerca de 20 homens.

Com relação ainda à ocupação territorial, cabe salientar que uma boa parte do interior nordestino foi povoada na primeira metade do século XVII e só tempos depois entrou em comunicação com a zona litorânea.

Janeiro, Civ. Brasileira, INL, 1916, p. 127.

8 ANTONIL, Andrade João. Cultura e opulência do Brasil. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. p. 200.

9 GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática, 1978. P. 412.

Devido à ausência de rios navegáveis, entre o São Francisco e o Parnaíba, tal ocupação resultou de penetração oriunda da Bahia, sob o patrocínio da famosa Casa da Torre. Atingiu fase decisiva no final do século XVII, quando seria aberto o caminho por terra, entre a Bahia e o Maranhão e que, até essa época, só se utilizava a via marinha. Até então, tornava-se difícil a comunicação em consequência da direção dos ventos que muito dificultada a navegação[10].

As primeiras medidas voltadas a organizar o sistema administrativo, nos sertões ocupados, foram determinadas pela Carta Régia de 20 de janeiro de 1699 que autorizava a criação da vila, instalação de Juízes, escolhidos dentre os mais ricos, além de regulamentar as funções do capitão mor e seus auxiliares, os cabos de Milícias.

Com a "civilização do couro" ou " economia amonetária", conforme a classificação de Capistrano, sobretudo através do transporte de gado foram surgindo as primeiras vilas do sertão, principalmente em locais onde o gado ficava estacionado durante algumas semanas. A partir da II metade do século XVIII verificou-se um aumento de população da zona da pecuária, em virtude da cultura do algodão, fonte de economia complementar ao gado. A torta, obtida com a semente ou resíduo do algodão, era para a alimentação bovina. Paralelamente, com o crescimento da área algodoeira as plantações de milho e feijão se expandiram. Assim, basicamente na região do "semiárido", as grandes propriedades passariam a apoiar-se não só na pecuária, mas também na plantação do algodão.

1.2. AÇÃO DAS BANDEIRAS, RESISTÊNCIA INDIGENA E CRIAÇÃO DE VILAS

A penetração interiorana, estimulada de forma contínua, teve de enfrentar como um dos mais sérios impactos a invasão do Nordeste pelos flamengos, que isolou a área canavieira de possíveis reações marítimas ibéricas. Face aos interesses comerciais dos invasores, a ocupação holandesa permaneceu restrita à costa, tornando-se inconsistente aos planos de dominação dos pontos mais distantes do litoral. Nada melhor, para

[10] Vide BARROS, Ruston Lemos de. "Mar, Ventos e Duração das Vagens". IN: _____. Embarcações e Frotas Portuguesas: Evolução e Atuação no nordeste Brasileiro até 1720. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. (Mimeografada) – Recife, 1982. p. 278-306.

comprovar tal acontecimento, do que o depoimento do holandês Elias Herckman sobre a Paraíba:

> "De Tapoa (engenho) o rio Parayba prolonga-se ainda para cima, quase sempre ao occidente e sudoeste, mas já não é habitado, notando-se apenas alguns currais rumo e o mais afastado é o de Jerônimo Cavalcante, que fica seis léguas acima de Itapoa. D´haí para os sertão a terra é ainda desconhecida". (grifos nossos).[11]

Quase sempre, a referência aos sertões é expressa pelo holandês como "desertos". Os currais de gado, nesse período, atingiam os rios Mongougoappi (Mamanguape), Paraíba, Gramame e Camatatuba, até a Serra da Raiz, conhecida na época como "Cupaoba". As observações apresentadas sobre as condições naturais da região paraibana demonstram o completo conhecimento da região que viria a ser denominada de semiárido, ao se enaltecer continua paisagem verdejante e os excelentes Rios:

> "... belos, grandes piscosos, aos quais somente fornecem água boa para beber senão também peixes, ostras e outros mantimentos, bem como são próprios para se subir ou descer por elles em pequenas embarcações, e assim com pouco trabalho tirar-se a outros o que se necessita para a vida e o que se considera útil e proveitosa para a construção Urbana"[12].

Observa-se que a pecuária na Paraíba, a princípio, não tinha papel relevante, uma vez que era por intermédio da pesca que os proprietários de engenho alimentavam a sua mão de obra. Por outro lado, o Rio Grande do Norte, possuindo baixo desenvolvimento agrícola, dedicava-se a uma intensa criação de gado a fim de atender a Paraíba, Itamaracá e Pernambuco.

Na verdade, até o final do domínio holandês, ou, mais precisamente, até meados do século XVII, a exploração do território paraibano não passava mais do que vinte léguas em direção ao interior[13]. E somente após a expulsão dos Flamengos surgiram as penetrações rumo ao interior,

---

[11] Herckman, Elias. Descrição Geral da Capitania da Parahyba por... 31 de julho de 1639. (mineografado). Extraído do Almanach do Estado da Parahyba, 1911. p. 12.

[12] Herckman,Elias. Op. Cit., p. 21.

[13] Vide JOFFILY, Irinêo. Nota sobre a Parahyba. Livro I. Brasília, Thesaurus, 1977. p. 23.

intensificando-se o seu domínio dentre as aldeias e povoações, ocupadas nesse período, ainda se conheciam algumas como Baía da Traição, Taquara, embora já não tivesse o mesmo impulso nos Sertões produtivo e criatório, como eram conhecidas durante o controle Flamengo. A primeira representou, ao longo do período colonial, palco de combate dos colonizadores contra os potiguaras, franceses e holandeses.

Antes da ocupação definitiva da região que viria a denominar-se de semiárido, as bandeiras paulistas e baianas já haviam percorrido os Sertões do Nordeste, seguindo os rios São Francisco, Parnaíba, em direção ao Tocantins pontos inclusive tornou-se lendário, como pioneiro no conhecimento e exploração do interior, o paulista Domingos Jorge Velho. Quanto aos baianos, destacou-se a rica "Casa da Torre", responsável pelo desbravamento e conquista do espaço distante do litoral[14]. Durante muito tempo defendeu-se a ideia da ocupação do Piancó ter sido efetuada pelo Bandeirante Domingos Jorge Velho. Contudo; Coriolano de Medeiros comprovou a inviabilidade de tal ideia[15]. Segundo fontes documentais, Domingos Jorge ocupou terras nas margens do Parnaíba, em 1662. Todavia, esteve na região do Piancó provavelmente na última década deste século, quando foi atacar os Palmares, em Alagoas, por determinação do governo de Pernambuco. (Cartograma 1 - linhas de penetração da conquista dos sertões paraibanos). Na verdade, os limites das futuras capitanias só iriam ser estabelecidos, de forma concreta, após a ocupação definitiva. Entretanto, por onde acampasse uma bandeira, quase sempre se considerava local integrante da capitania de onde partiu. Daí torna-se seguro afirmar que certa Bandeira, durante o seu longo percurso, em um determinado momento, estivesse exatamente em terras correspondentes a esse ou àquele estado do nordeste atual[16]. O certo é que sempre se fez referência à ação dos bandeirantes, quando se abordava o problema de ocupação do interior

[14] A Casa da Torre, fundada por Garcia d´Avila, destinada quase 1/3 do interior da Paraíba abrangendo as terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe. Aliás, fora ela a pioneira na ocupação dessas terras, quando da penetração do Coronel Francisco Dias d´Avila, em 1664. Vide SEIXAS, Wilson Nóbrega. "Pesquisa para a História do Sertão da Paraíba". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Nº 21. João Pessoa, Imp. Universitária, 1975. p. 65-66.

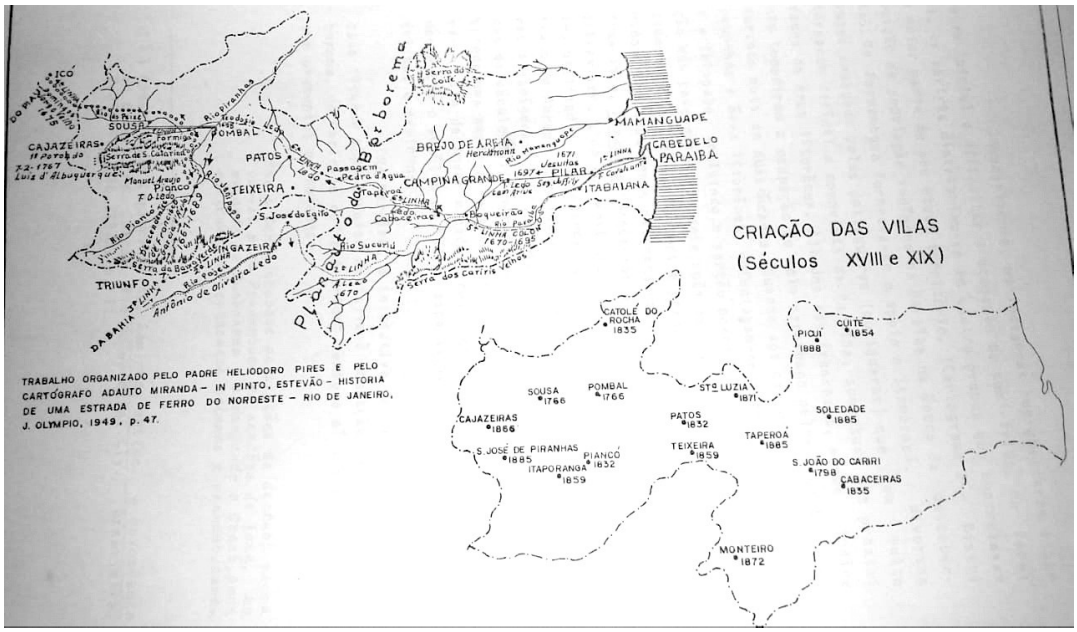
[15] In: Revista do Instituto. V. 2º. P. 26.

[16] Vide MARIZ, Celso. Apanhados históricos da Paraíba. 2ª Edição. João Pessoa, Ed. Universitaria/UFPb, 1980. p. 38-39.

nordestino. Como exemplo, observe-se o depoimento de escritor anônimo, em 1690, falando sobre os bandeirantes paulistas:

> "também se pode negar que foram os conquistadores dos Palmares de Pernambuco, e também se pode desenganar que sem os paulistas com o seu gentio bravo que se têm levantado no Ceará, no Rio Grande e no sertão da Paraíba (grifo nosso) e Pernambuco porque o gentio bravo por serras, por matos, por caatingas só com o gentio manso se há de conquistar e não com alguns outros poder, e dos paulistas se deve valer sua Majestade para conquistas de suas terras"[17].

Cartografia 1



Inegavelmente, os indígenas representaram a barreira inicial a dificultar ocupação do semiárido. Na Paraíba, os cariris distribuíam-se em quatro grupos que controlavam a maior parte do seu atual território. (Cartograma 2 - Distribuição da população indígena na Paraíba na época da descoberta). De Pernambuco fornecia-se o apoio a Itamaracá, diversas vezes ameaçada pelos petinguaras (potiguaras), que em muito tornaram difícil a conquista da Paraíba, sobretudo nas proximidades da área lito-

[17] In: ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800 6ª. Ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, INL, 1976, p. 109.

rânea. Aliados aos franceses, esses indígenas impediram a ocupação do solo paraibano pelos portugueses durante mais de duas décadas. Quanto aos cariris, anteriormente ocupando a área litorânea, refugiavam-se entre o São Francisco e o Ibiapaba, incluindo o sertão paraibano, com acirrada reação aos povoadores. Somente após os constantes embates organizados por paulistas, baianos e pernambucanos, foram sendo dizimados, principalmente nas margens dos principais rios como São Francisco, Piranhas, Jaguaribe e Parnaíba. Os que conseguiram sobreviver, além dos enviados aos aldeamentos, eram muitas vezes utilizados nas fazendas de criar, e, como enfatizou Capistrano de Abreu, "fundindo-se e confundindo-se com os colonizadores alienígenas"[18]. Mesmo assim, somente nas primeiras décadas do século XVIII viria a ocorrer a aparição dos cariris, abrindo uma ampla área a ser ocupada com a criação bovina. Todavia, a fim de levar o gado à caatinga, contou se indiscutivelmente com o auxílio do índio especialmente na abertura das trilhas e caminhos.

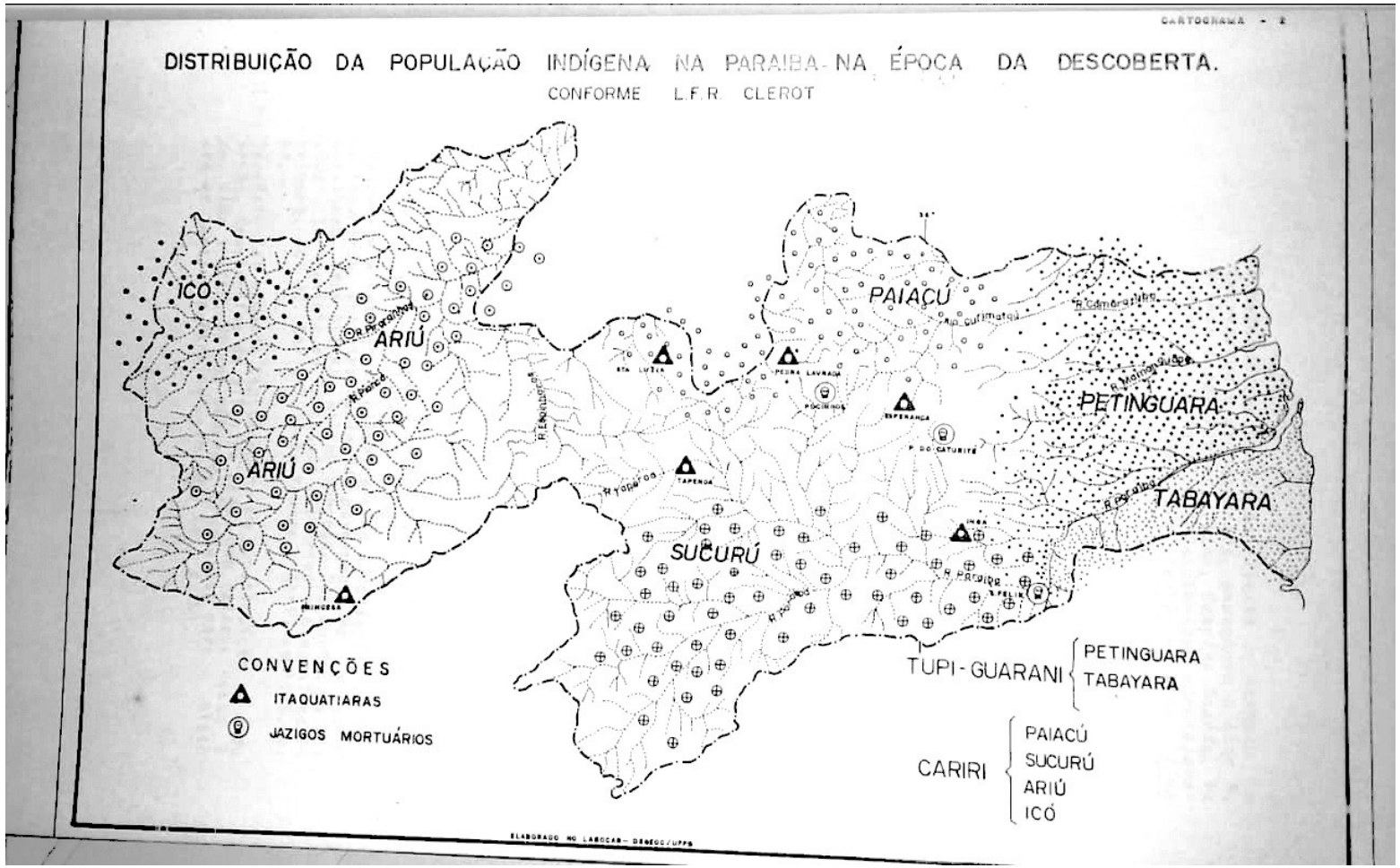
Na Paraíba, iniciativa da penetração pernambucana configurou-se como um impulso decisivo a ocupação da região da Borborema, do Cariri e do "semiárido", embora aí também se fizessem presentes os baianos:

> "Se a Bahia ou ocupava os sertões de dentro, escoavam se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam as correntes baianas e pernambucanas a estrada que partiu da ribeira do Acaraú atravessava a do Jaguaribe, procurava o Alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande bifurcava-se o Paraíba e Capibaribe, avantajava-se a todas as regiões (sic). Também no alto Piranhas confluíram o movimento baiano e o movimento Pernambucano, Como já fica indicado. (Grifo nosso)[19].

[18] ABREU, João Capistrano de. Caminhos antigos e povoamentos do Brasil. 4ª. Edição. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira; Brasília, INL, 1975. p. 32.

[19] ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. 6ª. Ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira; Brasília, INL, 1976. p. 130.

Cartografia 2



Praticamente data de 1685 a organização, na Paraíba, da bandeira de Teodósio de Oliveira Ledo, apontado como principal responsável pela conquista e povoamento do interior paraibano. Partindo do Pilar, através do rio Paraíba, atingiu o Boqueirão, onde já havia um aldeamento sob a responsabilidade de Antônio de Oliveira Ledo[20]. Teodósio lutou contra os caras do planalto e descendo a Borborema conseguiu atingir o Piancó e o Piranhas, onde se afirmam já existirem paulistas e baianos. Assim se compreende por que figuraria como o Real desbravador da região. Além de contar com maior número de acompanhantes, o seu poder de domínio estaria assegurado, em 1694, através da patente régia de capitão-mor das Piranhas, dos cariris e de Piancó[21]. (Vide cartograma 1 - linhas de penetração da Conquista dos Sertões paraibanos).

Em 1687 os índios cariris confederados iniciaram uma forte resistência aos fazendeiros instalados no Baixo Piranhas. Perseguidos ao Norte da Capitania, os nativos passaram a atacar a região do Piancó e do Alto Piranhas. A Confederação era composta desde os Sucurus, na Borborema, até os Icós nas proximidades do Ceará, contando também com o apoio dos Pegas, Paiacus, Coacus Panatis e Coremas. (Víde Cartograma 2). Com apoio de Luís Soares outro capitão-mor vindo do Açu que venceu os Açu e os sucurus, Teodósio de Oliveira conseguiu aniquilar o velho obstáculo, constituído pelos indígenas que os colonizadores "venderam, aldearam ou mataram, conforme a índole das tribos e circunstâncias da prisão"[22]. Os Coremas e outras tribos do Piancó foram subjugados por Manuel de Araújo de Carvalho, fazendeiro da margem esquerda do São Francisco enviado pelo governador-geral da Bahia para dominar os indígenas e garantir a posse das terras do Piancó e Rio do Peixe. Na verdade, não foram totalmente eliminados, mas controlados através dos esforços de Manoel de Araújo que, segundo se informa, teria permanecido no Piancó 1695 a 1705[23]. (Vide Cartograma 1). Consta-se, assim, que a dominação dos

[20] Atribui-se a Antônio de Oliveira Ledo a fundação, em 1670, de Boqueirão, primeiro núcleo de povoamento do interior paraibano. Vide SEIXAS, Wilson Nóbrega. "As Juntas das Missões". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Vol. 22. Ano LXX. João Pessoa, Abril de 1979. p. 52.

[21] Teodósio foi nomeado capitão-Mor, em substituição a seu irmão, Constantino de Oliveira Ledo, que faleceu nesse ano. Vide SEIXAS, Wilson Nóbrega. "Pesquisa para a História do Sertão da Paraíba". In: Op. Cit. p. 51.

[22] Mariz, Celso. Op. Cit. p. 42.

[23] Idem: Ibidem.

indígenas, que ocupavam o interior, foi facilitada pela ação conjugada de bandeiras oriundos do litoral que contaram com decisivo apoio de bandeirantes paulistas e baianos deslocados do Alto São Francisco.

As últimas décadas do século XVII e as primeiras do XVIII ficaram marcadas com as penetrações interioranas, a instalação de fazendas e o consequente domínio sobre os indígenas, passos iniciais das futuras vilas e cidades. A cidade de Souza, por exemplo, teve origem na localidade onde anteriormente se situavam a aldeia dos índios Icós. Pombal também fora área de controle dos Pegas, posteriormente dominado por Teodósio de Oliveira que, em 1697, ainda lamentaria o despovoamento dos Sertões de Piranhas e Piancó, em virtude das barreiras criadas pelas reações indígenas. Com o controle dos Ariús, que foram conduzidos e instalados na localidade da atual Campina Grande, iniciou-se a organização de rebanhos objetivando povoar "as Piranhas"(Pombal), onde seria instalado o arraial para garantir a ocupação do interior paraibano[24]. Dois anos depois do Rei de Portugal condenaria o massacre ocorrido durante a rendição dos Arius:

> "Capitão-Mor da Parahyba. Eu el-rey, vos envio m. Saudar. Havendo visto a carta que me deste do bom sucesso que se teve na campanha com os índios nossos inimigos nos sertões dos districto das Piranhas e Pinhão em que o Capitão-mor dellas Teodósio de Oliveira Ledo se tinha havido com muito valor e disposição... Me pareceu estranhar mui severamente o que obrou Teodósio de Oliveira Ledo em matar a sangue-frio muitos dos índios que tomou na Guerra..."[25].

Apesar das moderações, sugeridas pela Coroa Lusitana, quando os nativos colocavam em perigo a posse definitiva do interior paraibano, logo se modificava o posicionamento do soberano, recomendado exatamente o que anteriormente condenara. Na primeira década do século XVIII, quando ainda os Pegas e os Coremas atormentavam os criadores de gado, as ordens régias eram taxativas:

---

[24] Posteriormente o arraial denominar-se-ia Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, tendo como limites: do Sertão do Cariri-Velho até a Vila do Icó e Sertão do Jaguaribe; do Pajeú a fazenda Jucurutu, do Rio Grande do Norte; Vide SEIXAS, Wilson Nóbrega. "Pesquisas para a História do Sertão da Paraíba". In: Op. Cit. p. 57-58.

[25] Carta Régia escrita em Lisboa em 16 de setembro de 1699. In: PINTO, Irineu Ferreira. Datas e notas da História da Paraíba. Vol. 1. João Pessoa. Ed. Universitária/UFPb. p. 93-94.

> "me pareceo ordenarvos me o mandeis ao Capitão Mor Teodósio de Oliveira que com gentio que tem a sua obediência, faça muito por reprimir os damnos que intentão faver-vos os índios levantados e quando entenda que a sua gente não bastará para reprimir o seu orgulho que escreva ao governador de Pernambuco lhe der os socorros necessários para emprehender esta guerra... para que se faça mais formidável e mais seguro o castigo desses índios"[26].

Mesmo represados ante o domínio de ocupação dos criadores de gado, os indígenas não absorvidos pelo trabalho nas fazendas continuariam aldeados[27]. Mesmo assim, até 1787, os documentos oficiais ainda fazem referência a cinco vilas de índios, situadas nas proximidades de Pombal. Com a penetração de Teodósio, intensificou-se o número de pessoas que desejavam obter a posse de terras situadas nas margens dos rios. Além da atuação do Capitão-mor, se faz referência a um sargento mor pernambucano, Antônio José da Cunha, residente no Rio do Peixe que, em 1708, ganhou três léguas de terras, graças ao argumento de possuir 1500 cabeças de gado e animais de criação. É discutível, porém, a existência de rebanho tão numeroso na fase inicial de ocupação do semiárido[28]. Com o passar dos tempos o costume dos proprietários não residirem na área criatória persistiu. Constituíam os fazendeiros "absentistas" como os classificou Capistrano de Abreu. Inclusive um dos donos de terras, próximas a de Teodósio, o Conde de Alvor, morava em Santos onde ocupava o cargo de provedor da Fazenda Real. Geralmente, os latifundiários escolhiam procuradores para dirigir os serviços de criação e plantio. Dentre tais procuradores, tornou-se conhecido na Paraíba João Miranda, residente no Rio de Peixe, que, em 1741 administrava as terras de Francisco Dias d'Ávila, da Casa da Torre da Bahia[29].

---

[26] Carta Régia escrita em Lisboa a 26 de junho de 1709. In: PINTO, Irineu Ferreira. Op. Cit. p. 102.

[27] Desde 1680 tinham sido criadas as "Juntas da Missões", na Paraíba sob responsabilidade de missionários, para resguardar os índios da exploração dos capitães-mores e proprietários de terras. Contudo, em 1739, novas juntas não puderam ser instaladas por não disporem do número exigido: 80 casais. Constata-se, assim, que grande parte das tribos foram dizimadas. Vide SEIXAS, Wilson Nóbrega. "As Juntas das Missões". In: OP. Cit. p. 58 e 60.

[28] Vide MARIZ, Celso. Evolução Econômica da Paraíba. 2ª. Edição, João Pessoa, a União Ed., 1978. p. 10.

[29] MARIZ, Celso. Op. Cit., p. 11.

A partir da terceira década do século XVIII, praticamente já estavam dominados os cariris e, apesar dos temores de novas reações iam acomodando-se às exigências de catequese ou deslocavam-se no Seridó para o Norte ou Oeste do país paulatinamente se processava a formação de povoado, em geral, nos pontos estratégicos por onde transitavam os mercadores de gado. A mais antiga vila do interior seria Pombal, criada em 1772, seguida de Souza que, apesar da criação ter sido autorizada em 1766, só seria instalada em 1800 como paróquias pioneiras, além de Pombal e São do Cariri; Patos também foi elevada à freguesia no fim da década de setenta (Vide Quadro 1, relativo a implantação da rede urbana do semiárido paraibano). No final da primeira década do século XVIII dentre os diversos rios, que tinham nas suas proximidades bons pastos, apontavam-se os das Piranhas, justamente onde se concentravam os primeiros aglomerados humanos que disputavam a ocupação do solo[30].

Três foram as primeiras vias de comunicação da Paraíba com os centros litorâneos. A estrada que unia a Paraíba a Pernambuco, centro administrativo de grande parte do nordeste colonial, constituía a primeira partida de Olinda, seguindo em direção a Igaraçu e em seguida a Goiânia, sede da Capitania de Itamaracá. Após passar pelas aldeias paraibanas de Taquara, Lhandra e Jacoca chegava-se à capital paraibana. A segunda tornou-se conhecida a partir de 1670. Partia de Pernambuco em direção ao Rio Paraíba, atingindo a primeira missão dos Cariris, a mais de quarenta léguas de sua Foz. Vale salientar que através da segunda se chegava ao Cariri Velho. A terceira tinha a sua origem nas margens do rio São Francisco, atingindo a Ribeira do Piancó, provavelmente por onde se deslocara as bandeira de Domingos Jorge e através da qual se conduziam o gado visando a fundação de fazenda[31]. Por Ela entraram os bandeirantes paulistas e baianos.

Campina Grande constituía o ponto de encontro das duas grandes estradas: a do Seridó e a de Espinharas. A primeira, rumo ao Noroeste, dirigia-se às povoações de Pocinhos e São Francisco, descia a Borborema até alcançar o rio Seridó. Seguindo o seu curso, entrava na capitania do Rio Grande do Norte e se ligava à região do baixo Piranhas e Apodi encaminhava-se

[30] ANTONIL, André João Op. Cit. p. 199.

[31] Vide, JOFFILY, Irineu. Op. Cit. p. 137-142.

QUADRO 1

DADOS RELATIVOS A FORMAÇÃO DA REDE URBANA DO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Localidade	Criação das freguesias	Criação de vilas	Elevação à categoria de cidade
*Antenor Navarro	Lei Prov. Nº 96 de 23.11.1863	Lei nº 727 de 08.10.1881 (1)	Dec. Fed. Nº 311 de 02.03.1938
Barra de Santa Rosa	09.12.1973	—	Lei nº 2108/08.05.1959
Belém do Brejo do Cruz	1963	—	Lei nº 2674 de 22.12.1961
Boqueirão	07.08.1961	—	Lei nº 2078/30.04.1959
*Brejo do Cruz	Lei Prov. nº 572 de 10.10.1874	Lei Prov. nº 727 de 28.10.1881 (2)	Dec. Fed. nº 311 de 02.03.1938
*Cabaceiras	Lei Prov. nº 41 de 29.08.1833	Lei Prov. nº11 de 04.06.1835 (3)	Dec. Fed. nº 311 de 02.03.1938
*Cajazeiras	Lei Prov. nº 05 de 29.08.1859	Lei Prov. nº 92 de 23.11.1863 (4)	Lei Prov. nº 616 de 10.06.1876
*Catolé do Rocha	Art. 4º Lei Prov. nº 5 de 26.05.1835	Lei Prov. nº 5 de 26.05.1835 (5)	Dec. nº 638 de 21.01.1935
*Conceição	Lei nº 255 de 09.10.1866	Lei Prov. nº 727 de 08.10.1881 (7)	Dec. Fed. nº 311 de 02.03.1938
*Coremas	1941	Dec. Lei nº 1 de 15.11.1938	Lei. Est. nº1.005 de 30.12.1953
*Cuité	12.08.1800	Lei nº 4/ 27.05.1854 (8)	25.01.1937
*Itaporanga	Lei Prov. nº 5 de 11.07.1860	Lei Prov. nº 104 de 11.12.1863 (9)	Dec. Fed. nº 311 de 02.03.1938
*Juazeirinhto	16.10.1966	1856	Dec. Lei 1747 de 25.07.1957

Localidade	Criação das freguesias	Criação de vilas	Elevação à categoria de cidade
*Malta	15.01.1954	Dec. Lei nº 164 de 15.11.1938	Lei Est. nº 985 de 09.12.1953
*Monteiro	Art. 1º Lei Pro. nº 194 de 04.09.1865	Lei nº 457 de 28.06.1872 (11)	Lei Est. nº 540 de 18.11.1921
*Nova Floresta	(pertence a freguesia de Cuité)	—	Lei nº 2.007 de30.04.1959
*Patos	Provisão Régia nº 14 de 06.10.1788	Dec. 13.12. 1832 (12)	Lei Est. nº 200 de 24.10.1903
*Piancó	1732	Dec. 11.12.1831 (13)	Dec. Est. nº 443 de 21.11.1933
*Picuí	Lei Prov. nº 440 de 18.12. 1871	Lei Prov. nº 876 de 27.11.1888	Lei Est. nº 599 de 16.03.1924
*Pocinhos	Dec. Dioc. de 08.12.1908	Dec. Lei nº 311 de 02.03.1938	Lei Est. nº 986 de 10.12.1953
*Pombal	1772	Carta Régia de 04.05. 1772 (14)	Lei Prov. nº 68 de 21.07.1862
*Princesa Isabel	Art. 1º Lei Prov. nº 597 de 26.11.1875	Lei Prov. nº 597 de 26.11 1875 (15)	Dec. Fed. nº 540 de 18.11.1921
*Santa Luzia	Lei Prov. nº 14 de 06.10.1857	Lei Prov. nº 410 de 24 11.1871 (16)	Dec. Fed. nº 311 de 02.03.1938
*São Bento	1960	—	Lei Est. nº 2063 de 29.04.1959
*São José de Piranhas	Lei Prov. nº 13 de 10.11.1840	Lei Prov. nº 791 de 20.09.1885 (18)	Dec. Fed. nº 311 de 02.03.1938
*São Mamede	01.06.1957	Dec. Fed. nº 311 de 02.03. 1938	Lei Est. nº 973 de 02.12.1953
*Serra Branca	04.02.1931	—	Lei 2.066 de 27.04.1959

Localidade	Criação das freguesias	Criação de vilas	Elevação à categoria de cidade
*Solenidade	10.11.1913	Lei nº 791 de 24.09.1885 (19)	Dec. Fed. nº 311 de 02.03.1938
*Sousa	1799	Carta Régia de 22.07.1766 (20)	Lei Prov. nº 28 de 10.07.1854
*Sumé	09.02.1943	—	Lei Est. nº 513 de 08.02.1951
*Taperoá	17.02.1904	Lei Prov. nº 829 de 06.10.1886 (21)	Dec. Fed. nº 311 de 02.03.1939
*Teixeira	Lei Prov. nº 16 de 06.10.1857	Lei Prov. nº 4 de 29.08.1859 (22)	Dec. Fed. nº 311 de 02.03.1938
*Uiraúna	1923	—	Lei Est. nº 972 de 02.12.1953
		—	

FONTES: Enciclopédia dos municípios brasileiros. Vol. XVIII. Paraíba e Rio Grande do Norte, rio de Janeiro, 1960. TAVARES, João de Lyra A Parahyba vol.II Imprensa oficial, Parahyba, 1910 MARIZ, Celso. Apanhados históricos da Paraíba 2ª. Edição João Pessoa, Ed. Univ./ UFPb/1980. PINTO, Irineu Ferreira. Datas e Notas para a História da Paraíba. Vol II. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1977, além de dados fornecidos pelas Dioceses de Campina Grande, Patos e Cajazeiras. _

- NOTAS-

(*) AS LOCALIDADES QUE TÊM ASTERISCOS SÃO SEDES DE COMARCAS

(1) Através dessa lei foi criado o município sob a denominação de São João do Rio do Peixe. Diversos municípios Paraíba foram criados com a elevação do povoado à categoria de Vila, posteriormente tornando-se cidades. No entanto alguns municípios só passaram à cidade por determinação do artigo 3º do Dec. Fed. nº 311 de 02. 03.1938, que determina:

"a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome".

(2) Com essa lei foi criado o município.

(3) Com essa lei foi criado o município. Mas a sede foi transferida para povoação de Bodocongó, pela lei Prov. nº 134, de 25.10.1864 e a sede da Freguesia da Conceição para Capela de Sant`Ana desta vila pela lei nº 253, de 09. 10. 1866. Voltou a ter sede na povoação de Cabeceiras pela Lei Prov. nº 348 de 15. 02.1870 que revogou a de nº 134.

(4) Município instalado em 20. 06. 1864.

(5) Através desta Lei foi criado o município.

(6) A paróquia foi extinta pela Lei Prov. nº 306, de 17. 12. 1868, mas restaurada pela Lei nº 444, de 18. 12. 1871.

(7) Através desta Lei foi criado o município.

(8) Através dessa Lei foi criado o município, mas com a Lei de nº 212 de 29. 10.1904 suprimiram-se o município e Comarca anexados a Picuí Lei Est. nº 99 de 18.12.1936 restaurou o município, elevado à Vila sob o nome de Vila de Serra do Cuité.

(9) Com essa Lei criou-se o seu município.

(10) Dec. Lei Est. Nº 1.164, de 15.11.1938: A sede do município de Soledade é transferida para a sede do Distrito de Juazeiro, tomando o município esta denominação através do Dec. Lei Est. nº 520 de 31.12. 1943 a sede do município volta a Soledade.

(11) Com esta Lei foi criado o município.

(12) Com essa Lei criou-se o município.

(13) Criados o município e a Vila, sob a denominação de Vila constitucional de Santo Antônio de Piancó.

(14) A referida data diz respeito à instalação da vila e criação do município. Todavia, sabe-se que a povoação fora elevada à categoria de Vila por carta Régia de 22. 07. 1766 que igualmente criou a Vila de Souza. Vide TAVARES, João de Lyra. A Parahyba, Vol. II. Parahyba, Imprensa Oficial, 1910. pp. 20, 901, 902 e 925.

(15) A Lei nº 659, de 05. 02.1879, revoga a anterior, mas com a Lei nº 705, de 03. 11. 1880 foram restauradas a vila e a paróquia.

(16) Com essa Lei foi criado o município.

(17) O município foi criado pela Lei nº 540, de 15. 11. 1831.

(18) Através dessa Lei criou-se o seu município. Com a Lei Est. nº 12 de 28. 11.1935, a sede municipal foi transferida para Jatobá, mas por determinação da Lei de nº 800 de 14. 10. 1952, volta a ser utilizado o nome primitivo.

(19) Criada a vila instalação do município.

(20) Víde Enciclopédia dos municípios brasileiros Vol. XVII. Paraíba e Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, 1960. p. 397 e TAVARES,J. Lyra, Op. Cit., p. 925 que apontam essa data com a criação da vila no entanto, segundo Marize, Celso. Apanhados históricos da Paraíba 2ª. Ed. UNIV/ UFPB/ 1980. p. 52, "a vila só foi instalada em 1800".

(21) Com essa lei foi criado o município.

(22) Segundo TAVARES, J. Lyra., Op. Cit. 825 "foi rebaixada de vila pela Lei Prov. nº 410 de 24.11. 1871 e restaurada pela Lei nº 550, de 05. 09.1874, com a criação do município".

Novamente ao Paraíba pelo Patos, de um lado, e através de outro alcançava o baixo Jaguaribe, no Ceará. A segunda corria no sentido do oeste, passando pela localidade de Milagres no rio Taperoá, seguida as margens desse rio descendo a Borborema em direção ao rio e Espinhas vir até atingir a povoação de Patos, onde havia uma bifurcação. Uma ramificação seguia para Piancó e a outra ia em direção à povoação das Piranhas, futura cidade de Pombal. Teria continuidade até Souza, banhada pelo rio do Peixe, passando nas proximidades de Antenor Navarro e Cajazeiras; prosseguir rumo ao Ceará, onde se ramifica para o Vale dos Cariris Novos em direção ao Icó, Inhamuns e Crateús, onde penetrava o Piauí.

Com ponto de ligação entre a capital paraibana e as localidades mais distantes do sertão, a segunda via que atingirá Patos permaneceu sendo a principal durante muito tempo. A região formada pelas terras banhadas pelo Piancó, Alto-Piranhas e rio do Peixe sempre estiveram ligadas ao Cariri, no Ceará, onde também se abastecia de mantimentos básicos as povoações e vilas. Por outro lado, a estrada principal, que unia o interior à capital e ao Recife, passava por Campina Grande, onde o comércio tornou-se intenso, sobretudo de quinta-feira a sábado, dias reservados as grandes feiras de gado e de outros produtos regionais.

Nas zonas criatórias, em virtude da não utilização de cerca como marco divisório, tornava-se comum a mistura do gado de mais de uma fazenda, o que motivaria a adoção do sistema de juntas e aparteações no final da estação invernosa. Em cada Fazenda aprendia-se o gado estranho e determinava-se um dia reservado à separação, registrada quando diversos vaqueiros se faziam presentes, vindos de diferentes localidades, visando encontrar as reses que lhes pertenciam.

A princípio as fazendas possuíam apenas uma casa, onde residia o vaqueiro além do pessoal empregado nas atividades pastoris. Em média havia até três currais, feitos de caiçara ou "pau a pique" com campo largo em frente onde só se cuidava do pasto, adotando-se inclusive o costume de evitar o crescimento de árvores. Curioso é que, também na Paraíba, não se demarcavam as fazendas de criação segundo as determinações de documentos probatórios. Comumente os vaqueiros estabeleciam acordos verbais com a vizinhança, tomando-se por limite algum acidente natural, rio ou riacho. As principais ribeiras do atual semiárido constituíram-se pelo Cariri, Piancó, Piranhas, Sabugi, Patu, Rio do Peixe, Seridó e Espinharas. Com o aumento da criação, a ocupação foi penetrando em direção aos

afluentes destes principais rios, atingindo inclusive terrenos mais distantes. Outro aspecto que se deve levar em conta para compreender a ocupação do interior nordestino, diz respeito à redução da mão de obra no século XVIII. À medida em que a expansão colonizadora ganhava incremento era impossível obter trabalhadores em número satisfatório. O próprio crescimento da lavoura passou a requisitar uma maior força de trabalho. Embora tenha sido utilizado o índio como auxiliar direto, desde o final do século anterior, sentia-se a carência de escravos indispensáveis ao processo de ocupação do espaço. A utilização da mão-de-obra negra em larga escala, no setor criatório, foi peculiar no Piauí, um pouco diferente, porém, do que ocorreu no interior paraibano. Aliás, tal constatação põe em xeque o velho mito de que a pecuária sempre se mostrou avessa ao trabalho de escravos[32].

Quando se plantavam nas fazendas, a farinha, elemento básico da alimentação da época geralmente usada conjuntamente com a carne seca, vinha do litoral. Quebrando essa dependência, Teodósio de Oliveira foi um dos primeiros a requerer a posse de terrenos, "capazes de produzir roças e outros legumes" na serra conhecida como Bodopitá[33]. Percebe-se, a partir daí, que gradativamente crescia o interesse em se obter na própria zona de criação alimentação básica através de plantio de milho, arroz e feijão, em terrenos cercados, a fim de não serem prejudicados pela pecuária[34].

Até no século XIX o atual semiárido ainda liderava o setor voltado à pecuária, embora existisse também a criação de gado em outras áreas da província. Entre os proprietários do Brejo tornaram-se comum comprar terras no agreste, para onde encaminhavam o gado já utilizado nas atividades de transportes e de produção dos engenhos, durante o intervalo de uma e de outra moagem. Devida a disputa entre os agentes da lavoura e os da pecuária, a partir de 1855, o Governo Provincial passou a incentivar o deslocamento da criação para o semiárido, ficando o agreste reservado prioritariamente à agricultura. E até o século XX, a pecuária ainda se fez

---

32 Vide GORENDER, Jacob. Op. Cit. e GALIZA, Diana Soares de. O Declínio da Escravidão na Paraíba. 1850-1888. João Pessoa, Ed. Universitária/UFBb, 1978.

33 Teodósio que ocuparia a função de Capitão-mor até 1724, além de possuir 2/3 das terras do Agreste e da parte ocidental dos Cariris, era rendeiro da Cassa de Torre, nos chamados "Sertões do Rio do Peixe". Vide SEIXAS, Wilson Nóbrega. Op. Cit. p. 12.

34 MARIZ, Celso. Op. Cit. p. 12.

presente no agreste, mas em condições restritas. A vasta área do processo criatório continuaria sendo o semiárido[35].

1.3 A CULTURA ALGODOEIRA, COMPLEMENTO DECISIVO A OCUPAÇÃO DOS SERTÕES DA PARAÍBA

A primeira metade do século XVIII, apesar de coincidir com a continuidade ao impulso de ocupação do semiárido paraibano, constitui uma fase difícil a agricultura do Brasil. Somente no final do século a produção agrícola voltaria a figurar como fator primordial no âmbito das exportações. Assim sendo, houve uma multiplicação do valor total das mesmas entre as duas últimas décadas daquele século e as primeiras do século XIX. O fortalecimento do setor agrário não se deveu apenas à decadência da mineração, mas em virtude do súbito crescimento da população europeia e do despertar da Revolução Industrial, na Inglaterra, que propiciaram uma maior valorização dos produtos coloniais.

A determinante primordial ao impulso da agricultura brasileira deveu-se à alta cotação do algodão, no mercado internacional, que conseguiu ultrapassar a posição assumida pelo açúcar. Apesar de cultivado pelos indígenas desde a época anterior a colonização, só com a expansão industrial inglesa é que o produto se transformaria em principal matéria-prima requisitada pelos industriais, superando o linho e a lã. Em virtude da crescente procura, o algodão ingressava no mercado internacional com acentuado valor, principalmente a partir do aperfeiçoamento técnico das últimas décadas do século XVIII.

Nos primórdios do Brasil colonial, empregava-se o algodão apenas na fabricação de tecidos grosseiros a serem utilizados pelos escravos e pela população mais humilde era, pois, a princípio comercializado em quantidade restrita e só a partir do terceiro quartel do século XVIII passaria a ser exportado de forma mais regular. A exportação representava a principal causa de desenvolvimento de uma atividade de real valor, em especial no nordeste, cuja economia entrará numa fase de declínio desde as últimas décadas do século XVII, prolongando-se até princípios do XIX, com uma queda substancial na renda per capita de sua população. Mesmo assim, ainda representava a região que possui

[35] Vide GALIZA, Diana Soares de. Op. Cit. p. 77.

a maior densidade demográfica, embora com uma economia sempre sujeita a crises periódicas[36].

O comércio exportador do algodão tomou impulso em diferentes pontos do país, como Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro, principalmente quando se desenrolava a Guerra de Independência dos Estados Unidos, nos anos setenta do século XVIII. A partir daí, Pernambuco ingressou no âmbito das exportações, embora em parcelas ainda reduzidas. O plantio do algodão rapidamente se difundiu pelo restante do país de maneira marcante, do Paraná ao Rio Grande do Sul. No início do século XIX, apenas durante o conflito França "versus" Inglaterra, no período napoleônico, o valor dos preços foi elevado, beneficiando temporariamente a expansão algodoeira nordestina. Mas logo ocorreu uma gradual queda de preço face ao impulso na produção americana, apoiada em melhorias técnicas.

A oscilação continua do preço do produto se fez sentir desde o princípio, em virtude da concorrência do algodão plantado no Egito, no sul dos Estados Unidos e na Índia. Os ingleses, como principais consumidores, formariam seu controle na Índia e no Egito, antiga possessão turca, que passaria a ser um protetorado. A América do Norte representava o segundo grande fornecedor e o nordeste brasileiro apenas constituía uma área exportadora complementar. O seu período áureo se desenvolveria durante a guerra de secessão, 1861-64, que permitiu um considerável avanço nas exportações Nordestinas. Após o conflito norte-americano, nova crise surgiu, coincidindo com a introdução da cultura irrigada de algodão no Egito que garantia um produto de melhor qualidade, o algodão de fibra longa.

Embora estivessem localizadas em diversas regiões do país, as áreas de plantio se desenvolviam distantes do litoral, em virtude da regularidade das chuvas e da pouca umidade existente. Daí porque, com a expansão das plantações, passaria a ocorrer uma maior aproximação entre o litoral e o interior, apesar da precariedade de estradas que ligavam as zonas produtoras aos centros de consumo e de exportação. Com surgimento da indústria têxtil, na segunda metade do século XIX, no sudeste do Brasil verificar-se-ia o princípio da integração inter-regional, com o nordeste fornecendo a matéria-prima às indústrias implantadas.

---

[36] Vide PRADO Jr. Caio. História Econômica do Brasil 13ª. Edição. São Paulo Brasiliense, 1970. p. 81 e FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14ª. Edição São Paulo, Nacional, 1976. p. 63.

Além das simples condições de produção, o beneficiamento do algodão não existia técnica requintada, ficando geralmente fora dos encargos dos plantadores mesmo assim, os recursos de descaroçamento permaneceriam arcaicos, principalmente nas províncias "do norte", comparados ao avanço técnico dos Ingleses.

O capital estrangeiro controlaria a intensa comercialização desenvolvida no nordeste, embora não interferisse no âmbito da produção, em mãos dos coronéis que assumiram o controle político da região. Todavia, eles teriam de submeter-se às condições impostas pelo capital inglês e americano, quando se tratasse de exportação. Politicamente a nobreza açucareira foi substituída pelos coronéis do sertão. A força dos novos donos do poder se fortaleceria a partir do século XX, perdurando até o final de sua primeira metade.

Com os incentivos ao aumento da produção, a área correspondente ao atual semiárido nordestino passou a se adequar ao plantio do algodão de fibra longa, também denominado algodão-mocó ou Seridó. Esse termo inclusive serviria para denominar a conhecida área, compreendida entre o Rio Grande do Norte, prolongando-se até o centro da Paraíba. Com a difusão das plantações algodoeiras, as propriedades não seriam formadas apenas por latifúndios, mas também por pequenas ou médias fazendas, onde se estabeleciam, além dos tradicionais fazendeiros, também os sitiantes, meeiros e posseiros. Não obstante, o valor do produto, expresso através do preço estabelecido, seria sempre fixado de acordo com as conveniências ou necessidades dos mercados compradores da Inglaterra e dos Estados Unidos[37].

Na Paraíba, o cultivo algodoeiro despontaria nos Brejos de Borborema. Expandindo-se com rapidez, o plantio em breve atingiria o sertão transformando no principal centro produtor. Na última década do século XVII já havia plantações algodoeiras que contavam com o apoio das primitivas máquinas de descaroçar, conhecida como «bolandeiras».

Apesar do período final desse século ter sido marcado por duas grandes secas, 1777-78 e 1790-93, a última década viria diminuir um sério empecilho à abertura da economia paraibana: a dependência de algumas capitanias nordestinas ao centro administrativo e exportador do Recife. A Carta Régia 17/01/1799 propiciaria a independência da Paraíba e do

[37] Vide OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes 3ª. Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. p. 47.

Ceará, garantindo liberdade portuária. A partir de princípios do século seguinte, a preocupação prioritária das autoridades paraibanas consistia em cumprir as determinações régias, sobretudo quando o algodão passou a ser exportado exigia-se a passagem obrigatória do produto pela capital paraibana, a fim de que fosse pago o imposto estipulado, o dízimo, antes de ser encaminhado para Pernambuco. Não obstante as preocupações e as medidas tomadas pelas autoridades, as ordens do Governo eram desrespeitadas, transferindo benefícios financeiros ao Recife. A dependência da Paraíba persiste no século XIX, como se constata do depoimento de Koster:

> "Paraíba está fora da estrada que vem do Sertão a Recife, quer dizer, está arredada do caminho para as cidades situadas no litoral, para o norte. Os habitantes do Sertão, do interior vão mais ao Recife por este apresentar pronto mercado aos seus produtos"[38].

Todavia, não se deve estimar a dependência a Pernambuco como significando um completo abandono do Porto da Paraíba. Em 1814 alguns navios britânicos ancoravam na capital paraibana, onde já se estabeleceram a Casa Inglesa, voltada ao comércio exportador. Cinco anos depois mais quatro outras firmas comerciais em inglês partilhavam das atividades mercantis, embora se calculasse, como média anual, a presença de apenas seis a oito navios no porto paraibano[39].

O certo é que, economicamente, a Paraíba continuou atrelada a Pernambuco e, apesar dos constantes esforços em emancipá-la, o embargo persistiu dada a proximidade geográfica entre as duas províncias. Em 1866, Irenêo Joffily assim comentaria a continuidade do problema:

> "a Paraíba do Norte é, como algumas províncias do Brasil, sem importância e esquecida de todos, principalmente do governo, sujeita a Pernambuco, assim no comércio como eclesiástica e juridicamente, compunha nos vê-la feita quase que uma colônia desta província"[40].

No século XIX a cultura do algodão estava firmada e os resultados da expansão refletiram diretamente na economia paraibana, contribuindo para o aumento decisivo do orçamento provincial. Enquanto em 1807, a

[38] KOSTER, Henry. Op. Cit. p. 87.

[39] TAVARES, João de Lyra. A PARAHYBA. Vol. 1. Imp. OFICIAL, 1910. p. 18.

[40] JOFFILY, Ireneo. Op. Cit. p. 18

arrecadação total da Paraíba somava Cr$ 29.000,00 (leia-se contos de reais), a partir de 1815, apenas por intermédio do algodão serão obtidos Cr$ 25. 688,00; no ano seguinte atingiu a quantia de Cr$ 45.000,00. Em 1851 a produção algodoeira alcançou a cifra de quatro milhões de quilos, para quatro anos depois o valor da exportação proporcionar os rendimentos de Cr$ 700.000,00, superando a açucareira que apenas permitiram obter Cr$ 513.000,00. No período de 1858-1860, com exceção de um ano, o algodão ultrapassou a quantia exportada pela produção açucareira. Do total da arrecadação provincial obtida, e 1864, no valor de Cr$ 594.000,00, o algodão contribuiu com Cr$ 431.818,00. Todavia, agricultura seria atingida com o desvio de mão-de-obra, ocasionada com a Guerra do Paraguai. Enquanto no triênio, 1864-66, a receita provincial chegou a Cr$ 2.008.000,00, entre 1872 a 1874 caiu para Cr$ 1.153.000,00. Apesar da seca de 1877 a 1879 agravou mais ainda a agricultura paraibana, sendo o passivo provincial superior a Cr$ 900.000,00[41].

Como o testemunho do papel desempenhado pela atividade algodoeira, no processo de ocupação do interior paraibano, constata-se que nove freguesias foram criadas na segunda metade do século XIX e treze povoações passaram a categoria de vilas, muitas delas inclusive sendo elevadas à condição de municípios. A maioria, portanto, dos núcleos transformados em vilas teve como apoio ao seu crescimento a expansão algodoeira (Vide dados relativos a implantação da rede urbana no semiárido paraibano. Quadro 1 e Cart. 1). E a partir de meados do século se verificou um contínuo aumento populacional nos principais municípios e vilas do interior paraibano, salvo raras exceções, como é o caso de Souza e Cabaceira. (Quadro 2).

É lógico que os dados, apresentados, são passíveis de críticas quanto à possibilidade de retratarem, com exatidão, o quadro real da população das vilas do hoje semiárido. Principalmente se levarmos em conta a precariedade dos recursos utilizados, na época, para um levantamento do número de habitantes. Como exemplo das falhas, vilas muitas vezes surgidas, constatamos que os números, relacionados a população livre de 1851, seriam exatamente reproduzidas no levantamento levado a efeito em 1855, ou seja, não houve um estudo real acerca desse último ano[42]. Além do mais, não se encontram informes sobre a população escrava dos

[41] MARIZ, Celso. Op. Cit. p. 16-18-19-23.

[42] Vide PINTO. Ireneu Ferreira. Op. Cit. p. 207-241.

anos de 1845 e 1847, o que nos daria um acréscimo, em alguns casos, de mais de mil habitantes, como se pode notar no tocante a população livre e escrava de 1851. Mesmo assim, observa-se apesar do período compreendido entre 1844 - 1846 ter sido marcado por uma pesada seca. Talvez deste modo se possa associar a estiagem à brusca queda na população, em 1847, embora não haja uma explicação convincente quanto a diminuição populacional de Cabeceiras, registrada em 1851.

QUADRO 2
POPULAÇÃO DAS VILAS DO SEMIÁRIDO PARAIBANO: 1845-1851

Vilas	1845 População livre	1847 População livre	1851 população livre	1851 escravos	Total
PIANCÓ	4.748	7.320	7.894	997	8.891
SOUSA	4.748	2.562	14.109	3.446	17.555
CABACEIRAS	3.482	6.491	3.742	662	4.404
SÃO JOÃO DO CARIRI	3.233	6.024	9.455	1.529	10.984
CATOLÉ DO ROCHA	1.554	2.467	6.135	1.108	7.243
PATOS	1.524	2.972	4.406	660	6.066
POMBAL	1.316	1.883	3.992	918	4.910
CUITÉ	1.226	-	6.299	250	6.549

FONTE: PINTO, Irineu Ferreira. Datas e Notas para a História da Paraíba. Vol. 2. Reprodução da Edição de 1908. Com estudo introdutório do Professor José Pedro Nicodemos. João Pessoa. Ed. Universitária/UFPb, 1977. pp. 174, 180 e 207.

Em princípios da década de oitenta já se apontava existência de dezoito grandes propriedades, no interior paraibano, voltadas ao plantio do algodão. Muitas das antigas fazendas de criação e de culturas de subsistência, tanto nos latifúndios como nos minifúndios, transformavam-se

em espaços reservados à nova atividade agrária, dada a elevada cotação do produto no comércio internacional[43]. Entretanto as pequenas propriedades desenvolviam-se na maioria das localidades interioranas e a ausência de uma moderna tecnologia propiciava a continuidade da ação conjunta entre agregados e patrões, não obstante, vale salientar que o latifúndio não se propagou com tanta intensidade como ocorre nas plantações canavieiras.

A fim de beneficiar o escoamento da produção, seriamente prejudicada pelas péssimas condições das estradas existentes, recomendava-se, como medida prioritária, a instalação de uma via férrea que ligasse o interior à capital, passando por Campina Grande. Pois apesar das determinações que proibiam o contrabando, comumente as normas governamentais continuariam sendo desrespeitadas. Muitos proprietários encaminhavam o produto a Pernambuco, persistindo nas últimas décadas do século XIX o tradicional impasse da dependência paraibana.

A implantação das estradas de ferro, na Paraíba, iniciada a partir dos anos setenta, no século passado, atenderia a zona da várzea, mas o espaço correspondente ao atual semiárido permaneceria isolado da capital até praticamente as primeiras décadas do século XX. Em 1900 foi inaugurado o trecho de Timbaúba, em Pernambuco, a Pilar que prosseguiria em direção a Itabaiana, ligada à Campina Grande a partir de 1907. A abertura de ferrovia, no sentido de proporcionar um maior intercâmbio com o estado vizinho, embora tenha facilitado as condições de transporte, não trouxe condições adequadas aos reais interesses da economia paraibana. O interior continuou afastado e a ligação Campina Grande e Pernambuco serviria de apoio ao desvio da produção estadual, forçando uma marginalização da capital. A conexão com a ferrovia cearense, iniciada em 1920, que levaria aos principais municípios do sertão uma comunicação mais rápida com Campina Grande e com o litoral, prosseguiu lentamente. Até essa década, o algodão de Conceição, Cajazeiras, Souza, Pombal, Catolé do Rocha e Patos, ainda era transportado em animais para Campina Grande, ponto terminal da ferrovia vinda do litoral.

Mesmo com o impulso decisivo do algodão, ausência de recursos técnicos persistiu na agricultura sertaneja. O engenheiro Francisco Retumba, encarregado de estudar as condições de vida e produção, no interior paraibano deixou uma visão bem clara dos meios utilizados no plantio:

---

[43] JOFFILY, Irenêo. Op. Cit. p. 24.

> ausência completa de capitais, essa alavanca gigantesca do Progresso"[44]."é tristíssimo o estado actual do sertão. Veja o que a recepção da legendária foice e da clássica enxada, nenhum outro instrumento agrícola é conhecido dos sertanejos: planta-se quase a esmo, tal qual o fizeram as gerações dos séculos passados - vejo que quase em toda a parte a elemento de discórdia e luta entre os agricultores, porque quase em toda a parte o terreno acha-se inteiramente por demarcar.

Percebe-se, desta maneira, que no período final do século XIX ainda continuava existir os mesmos transtornos que, desde as primeiras décadas, já haviam sido comentados por um viajante estrangeiro:

> "a divisão das propriedades no sertão é extremamente vaga, e, pode ser bem imaginada quando se disser que o modo usual descrever uma fazenda é computar sua distância em Léguas em muitos casos, informar quando (sic) mil Bezerros anuais, sem a menor referência a quantidade de terras possuídas. Poucas pessoas tentam conhecer as dimensões exatas de sua propriedade e, possivelmente, não chegaria ao fim colimado"[45].

Apesar da subjetividade das observações apresentadas, o Engenheiro Retumba também cometeu o tradicional erro, tão comum aos cronistas europeus, de tachar como fruto da preguiça a pouca aptidão do sertanejo a um trabalho dinâmico. Alertava inclusive que vimos no sertão, setenta por cento da população rural vivia na ociosidade. Ora quem conhece as condições de vida do interior, logo compreende que havia ainda muito mais carência de recursos adequados do que falta de iniciativa ou indolência. Provavelmente o alto percentual de mão-de-obra marginalizada resultasse em primeiro plano, das constantes oscilações dos preços dos produtos agrícolas. Dessa maneira, o menor valor no mercado forçaria uma baixa no setor de plantio, gerando desemprego. Com certeza, mais pessimista seria o depoimento do Dr. Retumba se tivesse presenciado a influência deplorável da seca, de 1888-89, no interior paraibano, cujos efeitos chocantes nos foram descritos por Ireneo Joffily:

> "a maior parte da população sertaneja está sofrendo horrível fome, alimenta-se de Macambira, chique-chique e potó, colé e outras raízes

[44] O engenheiro de Minas Francisco Soares da Silva Retumba. Pombal, 07/08/1886. Apud. TAVARES, João de Lyra. A PARAHYBA. Vol. 1. Imp. OFICIAL, 1910. P. 181.

[45] KOSTER, Henry. Op. Cit. p. 212.

> nocivas que produzem horrorosas consequências... Dê-se trabalho ao povo faminto. O país gasta milhares de contos com a imigração estrangeira, deixando o que os brasileiros do nordeste morrendo de fome, a falta de trabalho"[46].

No final do século, a situação agrícola tomou impulso com uma nova arrancada da cultura algodoeira. Desde 1893 o algodão pesava, na balança comercial, na condição de principal produto de exportação, acompanhado pelo próprio caroço que também superava o açúcar. Enquanto a exportação do algodão, entre 1889 a 1908 atingiu 1.242.664 volumes, no valor de 69.136:799$940 (contos de réis), o açúcar conseguiria apenas 449.856 volumes, proporcionando 7.534:281.280 (contos de réis)[47]. Consequentemente, constata-se um peso significativo do algodão exportado sobre os impostos arrecadados, se comparados aos obtidos com a taxação do açúcar. (Quadro 3)

Em 1908 já funcionavam na Paraíba, aproximadamente, mais de quatrocentas máquinas, a vapor ou a tração animal, destinados ao descaroçamento do algodão. Em Santa Rita, nas proximidades da capital, foi instalada uma fábrica de tecido, denominada Tibiry, que possuía uns setecentos operários. Na capital se contava com uma prensa hidráulica, para enfardamento do algodão, facilitando as condições de embarque. Além da pluma, ainda se exportavam o caroço de algodão para a Inglaterra, sendo também destinado à fabricação de azeite e alimentação do gado. Pouco a pouco, porém, o algodão paraibano ficaria em segundo lugar, no âmbito da exportação nacional, em virtude da valorização, no mercado inglês, do algodão proveniente da região sul[48].

---

[46] JOFFILY, Irenêo. Op. Cit. p. 48

[47] TAVARES, João de Lyra. Op. Cit. p. 48

[48] Vide TAVARES, João de Lyra. Op. Cit. p. 37-38.

QUADRO 3
PARALELO ENTRE OS RENDIMENTOS OBTIDOS COM TAXAS DE EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO E AÇUCAR: 1893-1903

ANO	TAXAÇÃO DO ALGODÃO (Em contos de réis)	TAXAÇÃO DO AÇUCAR (Em contos de réis)
1893	455:586$657	55:078$067
1894	270:969$805	57:691$622
1895	222:369$855	49:977$677
1896	266:316$027	78:018$408
1897	305:976$231	49:605$300
1898	288:588$586	51:281$009
1899	312:400$533	58:557$037
1900	394:668$789	45:838$327
1901	274:622$142	26:476$459
1902	430:552$458	30:867$271
1903	589:340$529	32:439$333
1904	374:533$123	13:220$312
1905	469:881$646	26:855$841
1906	559:225$364	37:583$891
1907	773:731$735	22:559$533
1908	577:225$691	27:397$187

FONTE: TAVARES, João de LYRA. A Parahyba, Imp. OFFICIAL, 1910. pp. 359-361.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a agricultura algodoeira sofreu novo impacto, o preço da arroba caiu em quase cinquenta por cento, devido a retração de mercado, embora fosse atingido, gradativamente, melhor valor. A partir daí, novamente a exportação paraibana teria um novo ímpeto. Em 1919 foram lançados no mercado 8. 227 toneladas, enquanto no ano seguinte seriam obtidas 11. 716, destinadas ao comércio exterior[49]. Especialmente a partir da década seguinte, os preços do algodão dispararam motivando a exportação dos núcleos produtores. E, precisamente nos anos vinte, foram elevados à categoria de cidades algumas das tradicionais vilas interioranas, como Monteiro, Picuí e Princesa Isabel (Vide Quadro 1, dados relativos a implantação da rede urbana no semiárido paraibano e Cart. 3:

[49] MARIZ, Celso. Op. Cit. p. 37-38

municípios do sertão paraibano em 1920). A análise acerca dos principais núcleos urbanos da região, durante essa época, constata-se que contavam com maior índice populacional, exatamente aqueles localizados na área onde se obtinha excelente tipo de algodão, conhecido como algodão de fibra longa. Picuí, por exemplo, ocupando o segundo lugar entre as vilas mais populosas do semiárido, possuía a melhor qualidade de algodão do Estado. (Quadro 4)

Nas décadas de vinte e trinta, o algodão ainda despontava como o produto mais rentável nas transações agrárias. Segundo reflexos do ímpeto algodoeiro, em 1920 já atuava em Campina Grande e a Compania paraibana de prensagem e beneficiamento, além da usina de Santa Luzia, a primeira do sertão, organizada com o apoio de investimentos pernambucanos. Seis anos depois começaria a cair a cotação do algodão, no mercado internacional. Mesmo assim, em 1931 a produção teria novo surto, embora a oscilação de preços provocasse constantes quedas de rendimentos.

Em 1935 o Governo Estadual apoiaria, através de isenções fiscais, a instalação de duas grandes usinas de beneficiamento, controladas pelo capital estrangeiro: Anderson Clayton Cia. Ltda, de origem americana e a SAMBRA, do grupo Bunge & Born, de Buenos Aires, que a princípio contaria com a participação de Pinto Alves & Cia, do Recife.

QUADRO 4
DADOS POPULACIONAIS DO SEMIÁRIDO PARAÍBANO EM 1920

LOCALIDADES	POPULAÇÃO
- São João do Cariri	25.336
- Picuí	23.635
- Piancó	23.530
- Sousa	23.241
- Patos	19.901
- Pombal	19.299
- Cabeceiras	18.514
- Princesa	18.364
- Catolé do Rocha	15.754
- São João do Rio do Peixe (Antenor Navarro)	14.387
- Teixeira	14.038
- Cajazeiras	13.759

- Santa Luzia	11.076
- Brejo Santo	10.382
- Taperoá	9.747
- Conceição	9.544

FONTE: ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus Problemas.3ª. Edição. João Pessoa, a União, 1980. p. 527.

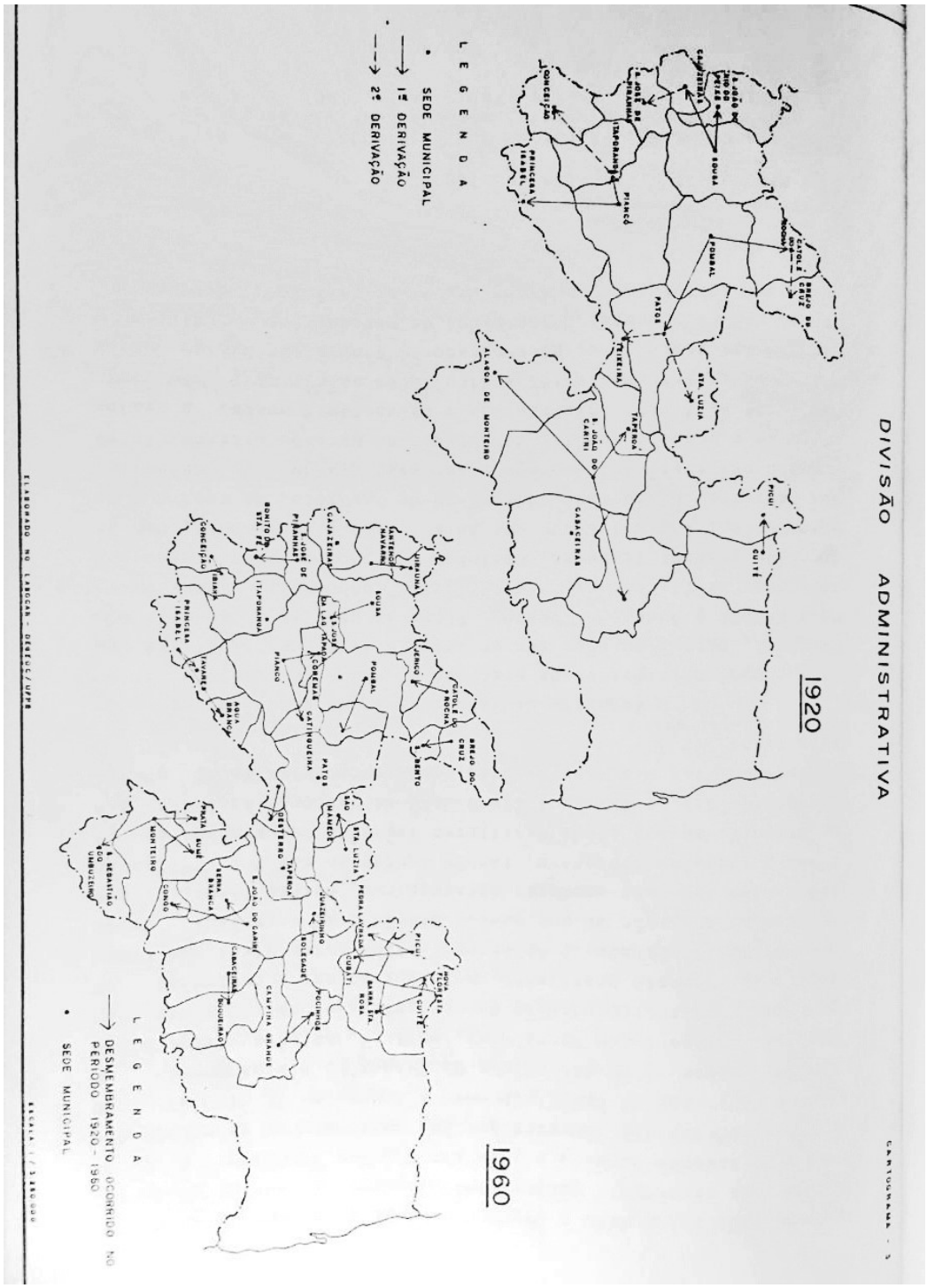
Rapidamente as duas empresas tiveram em mãos o controle comercial e exportador do algodão, nos principais núcleos interioranos. Apesar de protestos dos exportadores locais, Anderson Clayton encampou a firma Wharton Pedrosa que representava uma continuidade da antiga companhia paraibana de beneficiamento e prensagem de algodão, de Campina Grande. Além das usinas de Cabedelo, Alagoa Grande e Campina, outras foram instaladas, em Ingá, Caiçara, Patos e Cajazeiras. Com a incorporação das organizações da sociedade algodoeira do nordeste brasileiro, a Sambra passou a controlar as nove usinas do Estado. Anderson Clayton principiara, em Campina Grande, com a aquisição de uma prensa hidráulica, instalada desde 1920. Além das duas empresas estrangeiras, outras firmas, que ainda conseguiram manter-se, também contariam com a utilização de prensas, embora ainda existissem inúmeros descaroçadores pequenos. Caldas de Gusmão & Cia & José de Vasconcelos & Cia. Ainda participavam das exportações, como representantes de grupos paraibanos[50].

A despeito da participação de exportadores locais o controle efetivo de preço do algodão, no comércio internacional, estava em mãos das principais firmas estrangeiras, como a Sambra e Anderson Clayton. Entre as grandes e pequenas propriedades se fixaram os intermediários comerciais, geralmente donos de grandes fazendas. Obtinham a produção dos pequenos plantadores, inclusive com a antecipação de pagamento, bem antes da safra. Deste modo, fixava-se de imediato, ao meeiro e ao pequeno proprietário, o preço a ser pago quando da colheita, mesmo se o produto subisse de cotação no mercado externo. Entretanto, se as firmas internacionais baixassem o preço, o valor oferecido anteriormente aos agricultores cairia mais uma vez. Além dessas restrições, os compradores tinham por hábito adiantar ao meeiro pequenas quantidades de mercadorias indispensáveis, que seriam pagas a alto preço no período das colheitas[51].

[50] MARIZ, Celso. Op. Cit. p. 122.

[51] Vide OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste e Conflito

DIVISÃO ADMINISTRATIVA - CARTOGRAFIA 3



de Classes 3ª. Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. P. 48-49.

CONCLUSÃO

Apesar de representar, no quadro econômico colonial, uma função complementar, destinada a atender as necessidades da área litorânea, a pecuária significou um passo decisivo no processo de ocupação do espaço nordestino. A carne de charque era um dos gêneros básicos da alimentação colonial e seu consumo atingia a mão-de-obra escrava, utilizada nos grandes engenhos e fazendas da região. Daí a pecuária sempre figurar, em segundo plano, atrelada às grandes lavouras.

A ocupação efetiva da zona sertaneja, hoje denominada semiárido, sempre esteve condicionada a atender, de forma prioritária, as necessidades e aos reclamos dos habitantes da zona canavieira. A dependência a Pernambuco, mesmo após a autonomia concedida à capitania paraibana, tornar-se-ia reforçada com a implantação das ferrovias que, antes de ligarem o sertão à capital, já tinha garantido evento de produção do Estado vizinho, via Pilar - Timbaúba. Durante muito tempo, os constantes e embaraços e despesas do transporte de produtos agrícolas, no interior, seriam agravados pela precariedade das vias de comunicação.

Mesmo com a expansão algodoeira, apesar da Paraíba ocupar o primeiro lugar no setor produtivo, ainda se ressentia da ausência de investimentos para um melhor aproveitamento do solo sertanejo. E o controle da própria comercialização do produto, em poder de grupos externos desviava os lucros obtidos, que pouco modificaram os meios de produção. Complementariedade, dependência e marginalização formariam o tripé da estrutura econômica do semiárido paraibano.

A expansão da criação de gado e da cultura algodoeira simboliza apenas um passo inicial para que se possa compreender, numa real perspectiva histórica, o panorama da situação agrária nordestina e paraibana. Na verdade, a história rural ainda ensaia os primeiros passos. Na Paraíba, por exemplo, os trabalhos publicados ou dissertações de teses concluídas, dedicadas ao "campo", ainda se concentram na temática da economia canavieira[52].

[52] Referimo-nos aos trabalhos elaborados por Professores de História. Vide Cadernos de Estudos Regionais: Conflitos Social no Campo – Série Especial/1. João Pessoa, UFPb/NDIHR. Ano IV. Nº. Jun. 1981; Catálogo Geral de Pesquisas da UFPb, (1977-1981), UFPb-PRPG. João Pessoa, 1982 e Universidade Federal da Paraíba. Coordenação Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa. Catálogo de Pesquisa; Campi do Interior. Campina Grande, 1983.

Quanto ao quadro da agricultura no sertão, pouco ainda se analisou historicamente. Em se tratando de movimentos camponeses, quais as condições de atuação dos sindicatos rurais no semiárido? Há realmente conscientização reivindicatória dos sertanejos como se constata na área canavieira? São apenas algumas das inúmeras indagações que se apresentam aos pesquisadores do estudo histórico.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. Caminhos antigos e Povoamentos do Brasil. Nota liminar de José Honório Rodrigues. 4ª. Edição Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1975.

_____. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. 6ª. Edição revista e anotada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1976.

_____. Ensaios e Estudos. Crítica e História. 1ª. Série Nota limiar de José Honório Rodrigues. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1975.

_____ . O Descobrimento do Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1976.

ALMEIDA, José Américo de. A Paraíba e seus Problemas. 3ª Edição, revista João Pessoa, A União, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica do Nordeste. (O espaço e a economia nordestina). São Paulo. Ed. Atlas S.A. 1974.

_____. O Processo de Ocupação do espaço Regional do Nordeste. 2ª. Edição. Recife, SUDENE – Cood. Planejamento, Regional, 1979. (Brasil. SUDENE. Estudos Regionais, 1).

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil. Texto confrontado com o da edição de 1711, com um estudo bibliográfico, por Affonso E.Taunay, nota bibliográfica de Fernando Sales, vocabulário e Índices antroponímico, toponímico e de assuntos de Leonardo Arroyo 2ª. Edição São Paulo, Melhoramentos; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1976.

BARROS, Ruston Lemos de. "Mar, Ventos de Duração das Viagens". In. _____ Embarcações e Frotas Portuguesas ; Evolução e Atuação no Nordeste Brasileiro até 1720. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco. (Mimeografada). Recife, 1982.

Cadernos de Estudos Regionais: Conflitos Sociais no Campo Série Especial/1. João Pessoa, UFPb/NDJHR. Ano IV. Nº 4. Jun. 1981.

CHALOUT, Yves. Estado, Acumulação e Colonialismo Interno. Contradições Nordeste/Sudene, 1960/1977. Petropólis , Vozes, 1978.

DUQUE, José Guimarães. Solo e Água no Polígono das Secas. 5º Edição. CNPq. Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Fundação Guimarães Duque, Centro Gráfico do Senado, 1980 (Col. Mossoroense, Vol. CXLII).

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol XVIII. Paraíba e Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, IBGE, 1960.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14ª. Edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

GALLIZA, Diana Soares de. O Declínio da Escravidão na Paraíba. 1850-1888. João Pessoa. Editora Universitária/UFPb, 1979.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As Oficinas ou Charqueadas no Ceará. Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Mestre. (Mimeografada). Recife. 1982.

GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática. 1978. (Ensaios, 29).

GUERRA, Paulo de Brito. A Civilização da Seca. Fortaleza. DNOCS, 1981.

GUERRA, Phelippe e Theophilo. Seccas Contra a Secca. Secas e Invernos. Açudagem, irrigação. Vida, costumes sertanejos. CNPq. Programa do Trópico Semiárido. Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Coleção Mossoroense. Vol. XXIX. Reimpresso no Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

HERCKMAN, Elias. "Dissertação Geral da Capitania da Parahyba" por... 31 jul. de 1639. Reproduzida do Almanach do Estado da Parahyba, 1911: 83-127 que o recolheu da Ver. do Insti. Arch. de Pernambuco. Tomo V.

JOFFILY, Irenêo. Notas Sobre a Parahyba. Livro I. Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. Apresentação e observação de Geraldo Irenêo Joffily. Seleção Crônicas de Irenêo Joffily. Livro II. Publicadas em jornais da Paraíba e Pernambuco, de 1883 a 1901. Brasília, Thesaurus, 1977.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. Brasiliana. Vol. 221. São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1942.

LAPA, José Roberto do Amaral. Historiografia Brasileira Contemporânea. A História em Questão. 2ª. Edição – Petrópolis, Vozes, 1981.

MARIZ, Celso. Apanhados Históricos da Paraíba. 2ª. Edição. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPb, 1980.

_____ . Evolução Econômica da Paraíba. 2ª. Edição. João Pessoa, A União, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. 3ª. Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PINTO Estevão. História de uma Estrada-de-ferro do Nordeste. (Contribuição para o Estudo da formação e desenvolvimento da Empresa "The Great Western of Brasil Railway Company Limited" e das suas relações com a economia do Nordeste Brasileiro). Documentos Brasileiros, 61. Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.

PINTO, Irinêo Ferreira. Datas e Notas para a História da Paraíba. João Pessoa. Ed. Universitária/UFPb, 1977. Volume I e II (Documentos Paraibanos, 3). Reprodução da edição de 1908 com estudo introdutório do professor José Pedro Nicodemos.

PRADO, Júnior Caio. História Econômica do Brasil. 13ª. Edição. São Paulo, Brasiliense, 1970.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. "Pesquisa para a História do Sertão da Paraíba". In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Nº 21. João Pessoa, Imp. Universitária, 1975. p. 51-84.

_____ . "As Juntas das Missões". In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Vol. 22. Ano LXX. João Pessoa, abril de 1973. p. 45-77.

SILVEIRA, Rosa Maria Gooby. "A Luta do Historiador". In. Revista de Ciências Humanas. Número Especial de História. Comemorativo ao Jubileu de Prata da Universidade Federal da Paríba e do Curso de História. UFPb-CCHLA. João Pessoa, Out/Dez. 1980. Ano 2, Nº 4: 13-21.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. História Econômica do Brasil: 1500-1820. 7ª. Edição. São Paulo, Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1977.

TAVARES, João Lyra. A Parahyba. Imprensa Official, 1910.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Coordenação Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa. Catálogo de Pesquisa; Campi do Interior. 1982.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Coordenação Geral de Pesquisa. Catálogo Geral de Pesquisa da UFPb. (1977-1981). João Pessoa, 1982.